

## Nova chance desperdiçada

*Estado e prefeituras do Rio vão triplicar "royalties" até 2030, mas recursos ainda vão para despesas*

Bruno Rosa e Ramona Ordonez

-Rio, Maricá e Cabo Frio- O Estado do Rio e as prefeituras fluminenses vão triplicar o volume de royalties da indústria do petróleo até 2030, mas os recursos ainda deverão ser destinados, principalmente, para custeio de pessoal e saneamento das contas públicas, como pagamento de dívidas e cobertura do déficit previdenciário. Apesar da previsão de uma nova época de bonança no setor, os governos não estão se preparando para investir de forma a promover desenvolvimento, diversificar suas economias — reduzindo a dependência do petróleo — e evitar a repetição de erros do passado. Cabo Frio, por exemplo, usará os recursos para pagar salários e fazer conservação das vias da cidade. Em Angra dos Reis, o dinheiro terá como destino limpeza e manutenção. Campos dos Goytacazes, um dos municípios que mais recebeu royalties na fase de expansão anterior do setor, tem hoje um rombo mensal de R\$ 30 milhões e ainda está tentando arrumar as contas públicas.

Nas últimas semanas, algumas cidades foram além e anunciaram a criação de fundos para "planejar" o futuro. Maricá, cidade que mais

embolsa royalties hoje em todo o Estado do Rio, vai destinar 5% do valor total que recebe para criar uma poupança com o objetivo de investir em projetos que gerem expansão da economia local, mesmo que haja queda na arrecadação dos royalties. Niterói planeja algo similar. Mas, para especialistas em finanças municipais, é preciso ir além e pensar a médio e longo prazos, com a criação de políticas estratégicas e articuladas com as cidades vizinhas. É preciso ainda, dizem economistas, mais fiscalização e auditorias internas e externas.

O debate sobre o uso dos recursos voltou ao radar dos analistas — e da população — com a previsão de alta dos royalties para os próximos anos, reflexo da retomada da Bacia de Campos, do aumento dos investimentos da Petrobras e da maior produção no pré-sal. Segundo projeção feita pela Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico a pedido do GLOBO, o estado verá o volume de recursos quase triplicar: subirá de R\$ 7,11 bilhões, em 2017, para R\$ 19,88 bilhões em 2030.

**ROYALTIES SOMARÃO R\$ 32 BILHÕES EM 2030**

Mesmo movimento terão os municípios fluminenses. Após terem somado R\$ 3,9 bilhões no ano passado, os recursos chegarão a R\$ 12,53 bilhões em 2030. Assim,

juntos, estado e cidades receberão R\$ 32,41 bilhões em 2030. Projeção semelhante tem a Firjan, que prevê alta no mesmo patamar.

— Os números refletem as previsões de aumento da produção e dos preços — diz Karine Frago, gerente de Petróleo, Gás e Naval do Sistema Firjan.

O advogado Alexandre Calmon, da Tauil & Chequer Advogados, confirma as projeções de que a arrecadação do Estado do Rio e municípios pode triplicar até 2030: — Não é absurdo triplicar porque tem a entrada nos próximos anos de diversas unidades no pré-sal, além dos leilões do ano passado, deste ano, e os previstos para o próximo ano. O calendário de leilões impõe uma retomada.

José Luis Vianna, professor da pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFF e da Universidade Cândido Mendes, avalia que o Rio, com a retomada dos preços do petróleo, terá uma nova oportunidade para usar os recursos de forma correta e evitar os gastos desnecessários do passado, como a colocação de pisos de porcelanato na orla em Rio das Ostras e a construção, em Campos, da Cidade da Criança, chamada de Disney brasileira.

— Algumas cidades anunciaram a criação de fundos. Mas isso não





basta. É preciso uma estratégia. O valor do petróleo é imprevisível. Vemos uma tendência de as prefeituras usarem os recursos para cobrir despesas. E é importante impulsionar a arrecadação própria, o que ainda verificamos pouco. As cidades têm de pensar em conjunto para distribuir as políticas públicas — explicou Vianna.

Maricá, que recebeu R\$ 746,7 milhões em royalties e participações especiais (PEs) em 2017 e prevê receber R\$ 1,1 bilhão neste ano, enfrenta duas grandes carências: só 4% da população têm tratamento de esgoto e 35%, acesso à água. A reportagem do GLOBO constatou que os bairros mais afastados do Centro ainda precisam de fortes investimentos. Em Condado de Maricá, não há asfalto, saneamento básico, água encanada e até recentemente havia problemas de coleta de lixo, relataram moradores. Em Jacaraó, a lagoa sofre com despejo de esgoto e pouca infraestrutura. Leonardo Alves, secretário de Orçamento, Planejamento e Gestão de Maricá, admite as carências de esgoto e água. Ele destacou a construção de duas estações de tratamento de esgoto e de um projeto da barragem para trazer água.

O secretário lembrou que um fundo que reserva 5% da arrecadação com petróleo para projetos de desenvolvimento da cidade começa a funcionar neste mês, com um primeiro depósito de

R\$ 30 milhões. A meta é chegar a R\$ 1,2 bilhão em dez anos. Pela lei que criou o fundo, os rendimentos só serão usados, se necessário, em projetos que gerem expansão da economia local, destacou o secretário. Já Niterói encaminhou à Câmara dos Vereadores um projeto de lei propondo a criação de um fundo que prevê receber de 5% a 10% dos recursos anuais dos royalties, devendo atingir R\$ 3 bilhões em 20 anos. O prefeito Rodrigo Neves (PDT-RJ) afirmou que vem investindo os recursos em obras de mobilidade urbana e saneamento:

— Queremos criar uma poupança, um fundo de estabilização fiscal de longo prazo. A ideia é reservar uma parcela dessas receitas para proteger Niterói das oscilações do preços do petróleo.

#### NA NORUEGA, 96% VÃO PARA FUNDO

Os percentuais de recursos que devem ser aplicados nestes fundos são bem menores do que em experiências no exterior. Na Noruega, por exemplo, 96% dos royalties são destinados a um fundo.

— Na Noruega, o governo só pode usar 4%. Em Maricá, o governo que usar 95% e guardar 5%. Mas a situação do país europeu é melhor do que a dos municípios, que sempre utilizaram 100%. É preciso ter política estratégica e saber a vocação da cidade — disse Rodrigo Lira, professor do

doutorado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes.

Em Cabo Frio, 40% dos royalties são direcionados para pagar dívidas. O restante é usado para gastos com pessoal, como médicos e professores, e para limpeza das vias.

— Hoje, o dinheiro dos royalties só dá para tapar buraco. Não dá para fazer asfalto. Se você vai para a periferia, percebe que ainda há muito a fazer. No ano passado, usamos os recursos para limpeza, folha de pagamento e pagar as contas atrasadas, como a de energia elétrica. O desafio é equalizar a dívida, de R\$ 1 bilhão. Do total, metade é com a previdência. Precisamos investir no sistema de esgoto e não fazer só reparos. Os veículos da prefeitura e da segurança municipal precisam ser renovados. Ainda estamos ajustando as contas — disse Clésio Guimarães, secretário de Fazenda de Cabo Frio.

Macaé, que tem em curso um programa de redução de custos, tem como prioridade voltar a atrair a indústria petrolífera e gerar empregos. O prefeito garante que os recursos vem sendo investidos em infraestrutura. Em 2012, a cidade quase não tinha esgoto tratado. Hoje, chega a cerca de 40% da população.

— Macaé está com o pé no chão. A crise trouxe amadurecimento — afirmou o prefeito de Macaé, Aluizio Júnior (PMDB-RJ).

## Dinheiro do petróleo será usado para cobrir rombo previdenciário por 3 anos

Governo do Rio deu como garantia receita futura para emitir títulos no exterior de US\$ 600 milhões

O Estado do Rio, em Regime de Recuperação Fiscal, ainda vai demorar para investir os recursos dos royalties e das participações especiais (PEs) do petróleo em melhorias de infraestrutura e na diversificação da atividade econômica. Isso porque esse volume de dinheiro será usado, pelo menos nos próximos três anos, para cobrir o rombo da previdência do estado. A afirmação foi feita por Christino Áureo, que acabou de deixar o cargo de secretário estadual da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico do Estado.

Segundo as projeções da secretaria, o estado deve receber neste ano cerca de R\$ 10,5 bilhões. Em 2030, o valor quase triplicará: R\$ 19,88 bilhões. Segundo Áureo, a chance de usar os recursos em investimentos, com a criação de um fundo, só será possível após as

contas estarem saneadas. O governo fechou na sexta-feira uma emissão de títulos no exterior de US\$ 600 milhões tendo royalties futuros como garantia, conforme antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim em seu blog. De acordo com Áureo, essa operação vai para o RioPrevidência. A estratégia de captar recursos no mercado oferecendo como garantia royalties futuros do petróleo já foi usada no passado, mas o Estado ainda tem déficit na previdência.

— O erro está em ter um déficit da previdência pública. Não tem como fugir desse problema. Do déficit de R\$ 20 bilhões do Estado em 2017, R\$ 13 bilhões são da previdência. Eu sou um defensor de que se tenha a apropriação dos royalties para a criação de um fundo. Isso poderá ser feito, mas é melhor resolver os problemas atuais e chegar em 2021 com mais estabilidade. Essa é a chance de construir um futuro melhor — destacou Áureo. (Bruno Rosa e Ramona Ordonez)

## Municípios que criaram fundos no passado não tiveram sucesso

*Campos levou calote de R\$ 400 milhões, e Quissamã não atraiu empresas*

Bruno Rosa e Ramona Ordonez

-Rio, Maricá e Cabo Frio - Embora Maricá e Niterói estejam criando seus próprios fundos, experiências similares realizadas nas décadas passadas se mostraram fracassadas. Um desses casos é o Fundecam, de Campos dos Goytacazes. Criado em 2001, o programa, que emprestava dinheiro a juros subsidiados a empresas que não atuavam no setor de óleo e gás, tem hoje uma inadimplência de R\$ 400 milhões. A cidade tenta reaver na Justiça parte desses recursos.

Assim, a prefeitura decidiu redesenhar o fundo, que passou a se chamar Fundecam Crédito Certo, voltado para estimular os microempreendedores da região. Nessa nova fase, a meta é liberar neste ano R\$ 1,5 milhão para os empreendedores com linhas de empréstimos que contam com valor inicial de R\$ 3 mil para investimento e R\$ 2 mil para capital de giro.

— O objetivo é desenvolver um ambiente favorável de negócios em Campos, intensificando a desburocratização e o desenvolvimento da sinergia entre universidades, empresas e governo — disse o secretário de Desenvolvimento Econômico de Campos, Felipe Quintanilha.

### FALTA DE AÇÃO COORDENADA

Outra cidade que não foi muito bem-sucedida com a criação de um fundo foi Quissamã, avalia José Luis Vianna, professor da pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFF e da Universidade Cândido Mendes. Ele lembrou que o município não conseguiu atrair empresas para se instalarem na região.

— A cidade criou zonas especiais de incentivo com plano diretor, mas não vingou, pois sofreu com a concorrência de Macaé e Campos, mais próximas da BR-101. As cidades precisam se articular. A experiência de criação de fundos se mostra frustrada até hoje no Rio de Janeiro, pois sempre falta planejamento. É preciso pensar regionalmente — lembrou Vianna.

Procurada, a prefeitura de Quissamã não respondeu.

François Bremaeker, gestor do Observatório de Informações Municipais, considera boa, na teoria, a ideia de criar minifundos para guardar parte dos recursos do petróleo. Mas alerta para dois riscos: a descontinuidade política, com a alteração dos gestores a cada quatro anos, e a falta de competência técnica da administração municipal para elaborar e analisar projetos que poderiam ser beneficiados com os recursos dos minifundos.

— Guardar é sempre melhor que gastar. Mas nunca teremos a certeza de que os recursos serão bem empregados. Pode haver mudanças conforme o gestor e o calendário político. Além disso, os municípios já têm dificuldade de elaborar projetos para captar recursos da União, como no Ministério das Cidades. Essa dificuldade pode se estender à escolha dos projetos a serem financiados pelos fundos.

### "É PRECISO CONTROLE EXTERNO"

O economista Istvan Kasznar, professor da FGV Ebape, lembra que é fácil colocar algo no papel, mas depois tudo pode ser desvirtuado.

— É preciso investir em sistemas de controle, de auditorias internas e externas. Além disso, os governos precisam pensar em alternativas além do petróleo.

Apesar das experiências ruins e das iniciativas em curso hoje, Cabo Frio também já estuda a criação de um fundo. Segundo Clésio Guimarães, secretário de Fazenda da cidade, como o foco da cidade é atrair empresas, a prefeitura está analisando as áreas disponíveis para criar um condomínio industrial de forma a gerar mais empregos: — Estamos pensando em criar um fundo, mas ainda está sob estudo, pois não há sobra atualmente.

Colaborou Danielle Nogueira

## Cidades dependem cada vez mais do petróleo

*Com finanças frágeis, prefeituras deveriam ter regra para gasto, dizem analistas*

Danielle Nogueira

A dependência dos municípios fluminenses em relação à receita de petróleo deve aumentar a partir deste ano, não apenas por causa dos novos campos que vão entrar em produção e do preço do petróleo em alta. Também passa a valer este ano a regra de teto de gatos, que pode limitar os repasses da União às prefeituras por meio de convênios. Na avaliação de especialistas, as prefeituras deveriam igualmente adotar mecanismos de controle de despesas e ampliar a fiscalização da aplicação das receitas do petróleo para evitar os erros do passado. Das cidades que mais recebem royalties, duas (Campos e São João da Barra) tiveram déficit em 2016 e as demais estão com o orçamento no limite, com quase nenhuma sobra de caixa. Os dados de 2016 são os últimos disponíveis nos relatórios do Tesouro Nacional.

— O ideal seria que os recursos dos royalties fossem concentrados na União e não fossem distribuídos em nível municipal, pois o preço do petróleo oscila muito. O governo federal consegue absorver melhor essa variação, pois tem uma arrecadação muito mais

diversificada — diz Sergio Gobetti, pesquisador de finanças públicas do Ipea. — Mas, diante da legislação atual, as prefeituras deveriam ao menos adotar regras para controle de despesas. Quando ganhavam muito dinheiro dos royalties, elas aumentaram os gastos sem preocupação com futuro e, agora, têm dificuldade de fechar as contas.

A situação de fragilidade das contas públicas fluminenses resulta de três fatores: a recessão em que o país estava mergulhado até ano passado, que frustrou as receitas; a diminuição dos recursos dos royalties, devido ao recuo no preço do petróleo; e a crise fiscal do estado. Os casos mais gritantes são de Campos e São João da Barra, que fecharam no vermelho em 2016. No caso de Campos, a enxurrada de royalties que a cidade recebia no passado pode ter levado a uma certa negligência da administração municipal na gestão da receita própria (arrecadação com IPTU e ISS), na avaliação de François Bremaeker, gestor do Observatório de Informações Municipais: — É comum as prefeituras descuidarem da cobrança do ISS e do IPTU quando o dinheiro que chega por outras vias é fácil, como o dos royalties. Muitos municípios também adotam políticas de benefícios fiscais para atrair investimentos, apoiando-se em outras receitas para fechar o orçamento e, quando essas receitas

caem, as contas não fecham. É preciso aumentar a fiscalização.

### **PARTILHA DOS "ROYALTIES"**

Entre os municípios que mais recebem royalties, os mais dependentes desses recursos são Maricá e São João da Barra. Em 2016, 44% da arrecadação de Maricá vieram do petróleo. A previsão para 2018 é que esse percentual chegue a 70%. Em São João da Barra, a fatia da receita atrelada aos royalties era de 37% há dois anos e deve chegar a 47% em 2018. Outras cidades que devem registrar aumento significativo da participação dos royalties no orçamento são Campos (de 14,9% para 31%) e Niterói (de 12,8% para 20%).

Diante do cenário positivo para o petróleo, os municípios que hoje recebem royalties devem se preparar para uma nova batalha no Supremo Tribunal Federal. A Confederação Nacional dos Municípios organiza um movimento para retomar a discussão sobre a lei que distribui os royalties, estendendo a partilha a todos os municípios do país. Aprovada em 2012, ela foi suspensa por liminar a pedido do Estado do Rio. No próximo mês, haverá uma marcha de prefeitos a Brasília que têm entre as reivindicações a revogação da liminar.





## QUEM RECEBE MAIS RECURSOS

	RECEITA TOTAL (EM 2016) Em R\$ milhões	RECEITA COM ROYALTIES E PES (EM 2016) Em R\$ milhões	DESPESA TOTAL (EM 2016) Em R\$ milhões	PERCENTUAL DOS ROYALTIES E PES NA RECEITA TOTAL (EM 2016)	PERCENTUAL DE ROYALTIES E PES NA RECEITA TOTAL (PREVISÃO PARA 2018)
<b>Campos dos Goytacazes</b>	<b>2.605,29</b>	<b>390,6</b>	<b>2.900,86</b>	<b>14,9</b>	<b>31</b>
Macaé	2.161,21	311,4	1.790,80	14,4	20
Maricá	688,52	303,3	674,62	44	70
Niterói	2.339,44	300,2	2.312,26	12,8	20
Rio de Janeiro	29.344,61	189,8	28.879,20	0,6	Não disponível
<b>São João da Barra</b>	<b>269,53</b>	<b>100,5</b>	<b>347,35</b>	<b>37,3</b>	<b>47</b>
Rio das Ostras	571,68	94,7	500,33	16,6	Não disponível
Cabo Frio	641,78	94,0	544,73	14,6	16,6

\*PEs: Participações Especiais do setor de petróleo

Fonte: Observatório de Informações Municipais e prefeituras

Editoria de Arte

## Saem obras mirabolantes, entra custeio

*Prefeituras fluminenses que vão receber recursos do petróleo sofrem com problemas de infraestrutura*

Bruno Rosa e Ramona Ordonez

-Rio, Maricá e Cabo Frio- De tapa-buraco a limpeza urbana, os planos das prefeituras que vão receber milhões em royalties nos próximos anos não têm como foco incentivar o desenvolvimento de seus municípios para, no futuro, lidar com a eventual queda nessas receitas, já que o petróleo é um recurso finito e o seu preço oscila no mercado internacional. Com as finanças em frangalhos, essas prefeituras vão destinar os recursos do petróleo a gastos de custeio. Saíram de cena as obras mirabolantes, como o piso de porcelanato na orla de Rio das Ostras que se tornou famoso na década passada. Agora, o dinheiro será usado para as atividades mais básicas.

— Utilizamos esses recursos para limpeza urbana e manutenção da cidade. Os royalties não são utilizados na previdência municipal — diz o secretário de Finanças de Angra dos Reis, José Carlos de Abreu.

A cidade, no Sul do Estado, foi um dos dez municípios que mais receberam royalties no ano passado, com R\$ 70,5 milhões. A previsão da prefeitura é arrecadar R\$ 81,1 milhões este ano.

**RUAS ESBURACADAS**

Em muitas cidades, mesmo com a alta recente na arrecadação com royalties, as deficiências de infraestrutura são visíveis. Em Cabo Frio, que também está entre as dez cidades do estado que mais receberam royalties e participações especiais em 2017, com R\$ 122 milhões, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), as ruas do bairro do Perú alternam buracos com falta de sinalização e ocupação irregular.

— O Perú conta com belas praias e está assim. Quem anda na estrada que leva a Búzios tem que se guiar por placas escritas pelos próprios moradores e comerciantes da região. A prefeitura alega que não tem dinheiro para fazer investimentos aqui. E aí só o Centro fica bom. É só para turista ver — diz o motorista Marcelo Abreu.

Em Maricá, município que viveu um boom de arrecadação com royalties desde o ano passado e hoje é o que mais recebe no Estado do Rio, com R\$ 746 milhões em 2017, segundo dados da ANP, o esgoto corre a céu aberto no bairro de Balneário Belavista. A comerciante Amarilda Andrade, que mora no local, diz que sofre com dores de cabeça e enjoo e vê com tristeza crianças arriscarem a saúde brincando ao lado de dezenas de ratos.

— O cliente chega aqui no bar, começa a reclamar, e eu perco vendas. Horrível — afirma ela, acompanhada da vizinha Karla Castro.

Diante da escassez de investimentos básicos, os próprios moradores assumem a execução de algumas melhorias. Enquanto caminhava pela Lagoa de Jacaroá, em Maricá, o aposentado Alexandre Mayer lembrou que foram os próprios moradores que compraram um banco para instalar na margem de uma das principais lagoas da cidade.

— Mas há outros problemas, como o esgoto que é despejado na lagoa. Fizeram uma obra de drenagem de água pluvial, mas ficou horrível — diz Mayer.

Os casos relatados pelos moradores reforçam a avaliação de Karine Fragoso, gerente de Petróleo, Gás e Naval da Firjan, de que é preciso maior disciplina nos gastos dos recursos do petróleo. Para ela, os municípios precisam se preparar para atender à maior demanda por infraestrutura: — Haverá maior demanda por mais serviços de utilidade pública, como saúde e segurança. É preciso disciplina nos gastos.

Alexandre Calmon, da Tauil & Chequer Advogados, diz que deveria haver uma discussão na sociedade sobre como usar os recursos dos royalties. Para ele, a decisão não pode ficar apenas nas mãos dos governantes: — O melhor investimento é em educação, em tecnologia, no desenvolvimento de outras atividades econômicas.

## Leis limitam uso dos 'royalties'

Ao longo dos últimos 20 anos, a lei que rege o uso dos royalties do petróleo sofreu algumas modificações. A lei, de 1990, proibia usar o dinheiro para pagamento de dívidas. Mas, no início deste ano, o presidente Michel Temer sancionou um projeto de lei que autoriza o depósito de royalties diretamente nas instituições financeiras que concederam empréstimos a estados e municípios.

Sobre o petróleo produzido nos campos marítimos são cobrados 10% de royalties para estados e municípios confrontantes e limítrofes pelos impactos dessas atividades. Campos de alta produção pagam ainda uma outra compensação, chamada de participação especial.

O artigo 8º da lei n.º 7990/1990 diz que é "vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal". Mas o § 2º do artigo 8º prevê que os recursos "poderão ser utilizados também para capitalização de fundos de previdência". Já o Decreto 1/1991 diz que os recursos deverão ser aplicados "exclusivamente em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico".  
(Ramona Ordonez)



## Governar no vermelho

O projeto de lei orçamentária para 2019, cujas principais balizas foram divulgadas pelo governo na última quinta-feira (12), mostra que a situação das finanças públicas continua dramática.

O quadro apontado não chega a surpreender — despesas previdenciárias cada vez mais altas e progressiva asfixia da máquina pública. A novidade está na previsão de permanência das contas no vermelho até 2021, pelo menos.

As metas de déficit primário (a diferença entre receitas e despesas, excluído o pagamento de juros) para este ano e o próximo foram mantidas em R\$ 159 bilhões e R\$ 139 bilhões, respectivamente.

Entretanto a projeção do rombo para 2020 subiu quase 70%, para R\$ 110 bilhões. Pela primeira vez, além disso, foi divulgada a expectativa para o ano seguinte, também negativa em R\$ 70 bilhões.

O projeto indica que a Previdência consumirá R\$ 758,5 bilhões em 2021, 36% a mais que o esperado para este ano. O espaço para despesas discricionárias — aquelas sobre as quais o governo tem margem de controle, incluindo obras e outros investimentos — cairá praticamente à metade no período, para R\$ 52,4 bilhões.

Se já hoje se mostram precários os serviços à população, o que dirá nesse cenário futuro.

Tudo isso a despeito da esperada volta do crescimento

econômico, que impulsiona a arrecadação. O governo projeta alta do PIB de 3% para 2018 e 2019, seguida por uma desaceleração modesta, para 2,3% e 2,4%, nos anos subsequentes.

A razão apontada é que, na falta de reformas que alavanquem a produtividade, o país retomaria ao padrão de expansão tímida das últimas décadas após esgotado o empuxo inicial da saída da recessão.

É possível que o resultado orçamentário seja melhor, dado que não estão previstas receitas de concessões e novas medidas para reforçar a arrecadação. A queda dos juros, além disso, proporciona algum alívio ao reduzir a velocidade de aumento da dívida.

Ainda assim, os limites estão se impondo rapidamente. Além da dificuldade para cumprir o teto de gastos, o governo terá problemas crescentes para atender ao dispositivo constitucional que proíbe bancar dispêndios cotidianos com endividamento.

A conclusão é inescapável. Sem a continuidade das reformas, sobretudo a previdenciária, mas também uma ampla agenda de ajustes do Estado, as contas caminharão para o colapso.

Nenhum candidato sério poderá ignorar ou esconder essa realidade durante a campanha, sob pena de cometerem novo estelionato eleitoral e pôr em risco sua gestão.

CONJUNTURA »**Mansueto vai para o Tesouro**

*Atual secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda deve ser o responsável por gerir os recursos financeiros da União*

Rodolfo Costa

O Ministério da Fazenda decidiu fazer um ajuste caseiro na Secretaria de Tesouro Nacional. O secretário de Acompanhamento Econômico, Mansueto Almeida, deve ser o responsável por gerir os recursos financeiros da União. Ele substituirá Ana Paula Vescovi, que foi transferida para a Secretaria Executiva da pasta. O ministério não confirma a informação.

A indicação mostra uma preocupação do governo em manter uma equipe econômica forte. Mansueto, por sinal, foi cotado para assumir o cargo e a própria Fazenda. Arranjos entre Meirelles e o presidente Michel Temer, no entanto, definiram o ex-secretário executivo da pasta, Eduardo Guardia, como o sucessor.

O provável novo comandante do Tesouro também esteve na lista de possíveis substitutos de Dyogo Oliveira, no Ministério do Planejamento. Na queda de braços

do governo, entretanto, Meirelles não teve força para indicar dois ministros. O presidente nacional do MDB, Romero Jucá (RR), aceitou que o comando da Fazenda ficasse com Guardia, mas não abriu mão de indicar o sucessor no Planejamento, em conjunto com Dyogo, hoje no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Prestígio não falta para Mansueto no atual governo. Ele chegou à equipe econômica por indicação de Meirelles em maio de 2016. Encarregado de ter um olhar criterioso sobre as despesas, e estudá-las minuciosamente, fez um bom papel, reconhecido por Temer e pela cúpula palaciana.

O currículo de Mansueto é invejável. Formado em economia pela Universidade Federal do Ceará, ele é mestre pela Universidade de São Paulo (USP) e cursou doutorado em Políticas Públicas no MIT, em Cambridge, nos Estados Unidos, embora não tenha chegado a defender a tese. Técnico de planejamento e pesquisa licenciado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ocupou os cargos de coordenador-geral da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.